



Suyâne Letícia Bach Rosa de Moura

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL FRENTE À
EVOLUÇÃO CAPITALISTA**

Horizontalina

2018

Suyâne Letícia Bach Rosa de Moura

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL FRENTE À EVOLUÇÃO
CAPITALISTA**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Marcio Leandro Kalkmann, Mestre em Economia

Horizontina

Ano

**FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

“Sustentabilidade ambiental frente à evolução capitalista”

Elaborada por:

Suyâne Letícia Bach Rosa de Moura

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: / /

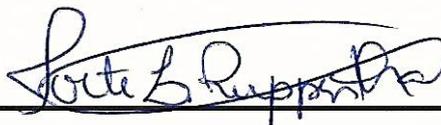
Pela Comissão Examinadora



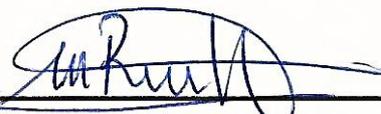
**Mestre. Marcio Leandro Kalkmann
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**



**Mestre. Stephan Sawitzki
FAHOR – Faculdade Horizontina**



**Especialista. Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**



**Doutora. Marliza Beatris Reichert
FAHOR – Faculdade Horizontina**

Horizontina

2018

DEDICATÓRIA

Essa conquista dedico aos meus pais pelo apoio incessante com frases incentivadoras em relação ao conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Deus em primeiro lugar, pela oportunidade em estar concluindo esse sonho, por ter me abençoado nessa caminhada, de uma forma extraordinária. Também aos meus pais, pelo incentivo e apoio que jamais me deixaram desistir. Ao meu marido, pela paciência nos momentos de cansaço e stress. Aos professores e mestres que compartilharam seu conhecimento, para que eu chegasse até aqui. À Fundação Capacitar pelo oportunidade financeira e pelo projeto mentoria, que fizeram parte dessa conquista. E a todos os meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado nesse período.

“O mundo tornou-se perigoso, porque os homens aprenderam a dominar a natureza antes de dominarem a si mesmos.”

Albert Schweitzer, filósofo alemão

RESUMO

Diante do moderno sistema capitalista em que a economia gira na maior parte do mundo, através de relações internacionais e uma intensa capacidade humana de produção e consumo, a necessidade de satisfazer os desejos materiais do ser humano, perante a escassez de recursos naturais que são fontes de matéria prima, é o principal problema da ciência econômica. Para isso, é importante que as ações humanas sejam positivas em prol da sustentabilidade ambiental, no que se refere a capacidade de sustentação dos ecossistemas agredidos. Tendo ecossistemas saudáveis a longo prazo, a sobrevivência das futuras gerações, não estarão comprometidas, podendo viver dignamente tanto quanto a atual. O objetivo da presente pesquisa buscou identificar as principais falhas do capitalismo em relação ao uso descontrolado dos recursos naturais. A pesquisa se deu através do levantamento descritivo de fatos históricos. Já os métodos de investigação utilizados no estudo são qualitativos e históricos, trazendo uma análise do processo que parte dos acontecimentos ao longo da história. A pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental, devido a extração do conteúdo ser inteiramente de livros, artigos, dissertações e documentos. Os resultados obtidos por meio da pesquisa, induzem para uma viável tentativa de equilíbrio possível entre a sustentabilidade ambiental e o contínuo desenvolvimento do capitalismo, porém, não se pode afirmar ainda que isso já existe. A sociedade mundial está vivendo um período de transição, onde é necessário se adaptar com um novo modelo de produção e consumo, tendo consciência e responsabilidade das ações praticadas. Os objetivos da pesquisa foram alcançados e os resultados são coerentes com a dedução projetada, pois apresenta uma tendência positiva ao equilíbrio entre o capitalismo e a sustentabilidade ambiental, através das políticas e normas ambientais que estão sendo aplicadas nos setores privados e públicos a nível internacional.

Palavras-chave: Capitalismo. Sustentabilidade. Problemas ambientais.

ABSTRACT

Faced with the modern capitalist system in which the economy spends most of the world through international relations and an intense human capacity for production and consumption, the need to satisfy the material desires of the human being, given the scarcity of natural resources that are sources of raw material, is the main problem of economic science. For this, it is important that today human actions are positive in favor of environmental sustainability, when it what refers to the sustainability capacity of the ecosystems attacked. Having healthy ecosystems in the long term, the survival of future generations, will not be compromised, being able to live worthily as much as the current one. The objective of this research was to identify the main failures of capitalism in relation to the uncontrolled use of natural resources. The research is done through the descriptive survey of historical facts. The research methods used in the study are qualitative and historical, bringing an analysis of the process that starts from the events throughout history. The research is classified as bibliographical and documentary, because the extraction of the content is entirely from books, articles, dissertations and documents. The results obtained through the research, lead to a viable attempt of possible balance between environmental sustainability and the continuous development of capitalism, however, it can't be affirmed that this already exists. The world society is in a period of transition, where it is necessary to adapt with a new model of production and consumption, having awareness and responsibility of the actions practiced. The objectives of the research were achieved and the results are consistent with the projected deduction because it presents a positive tendency to the balance between capitalism and environmental sustainability through the environmental policies and norms that are being applied in the private and public sectors at the international level.

Keywords: Capitalismo. Sustainability. Ambiental problems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros:

Quadro 1: Histórico da evolução do capitalismo através das escolas.....	30
Quadro 2: Importantes tratados internacionais ambientais	33
Quadro 3: Emissões de CO ₂ (dióxido de carbono) na atmosfera, em bilhões de toneladas.....	40
Quadro 4: PIB a preços constantes de 2010 (em milhões US\$).	41
Quadro 5: Emissão do CO ₂ , de tonelada por US\$.....	41

Figuras:

Figura 1: Principais pontos destacados nos tratados ambientais internacionais, citados no quadro 2.	36
Figura 2: O tripé da sustentabilidade: planeta, pessoas e lucro	37
Figura 3: Emissões de CO ₂ (dióxido de carbono) na atmosfera	39
Figura 4: Emissões globais dos gases do efeito estufa por setor econômico	42
Figura 5: Fluxo de matérias-primas e energia na economia e os seus impactos ambientais	43
Figura 6: Demanda mundial de energia primária de 1980 com projeção para 2030 .	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 CAPITALISMO	13
2.1.1 Mercantilismo	14
2.1.2 Fisiocracia	15
2.1.3 Doutrina Clássica	16
2.1.4 Marginalista	17
2.1.5 Marxismo	18
2.1.6 Neoclássica	19
2.1.7 Keynesiana	20
2.1.8 Crescimento e desenvolvimento econômico	21
2.2 AS CRISES GERADAS PELO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	22
2.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	23
2.3.1 Recursos naturais	24
2.3.2 Organização das Nações Unidas (ONU)	24
2.3.3 Agenda 21	25
2.3.4 Conferência de Estocolmo	26
3 METODOLOGIA	27
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
4.1 DADOS HISTÓRICOS DO CAPITALISMO	29
4.2 DIMENSÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E SUSTENTÁVEIS NOS DEBATES INTERNACIONAIS.....	33
4.3 EFICÁCIA DE POLÍTICAS E ACORDOS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A economia mostra a realidade de que tudo “depende” do ponto de vista de cada pessoa, se o agente está tomando uma decisão racional ou emocional. O comportamento dos agentes (governos, instituições, indivíduos) é influenciado pelo contexto da sua realidade e pelas suas próprias expectativas em relação ao produto e/ou serviço adquirido, no retorno que terá do seu investimento, e ainda no grau de satisfação e utilidade que aquela ação trará.

O problema central da ciência econômica é descobrir como satisfazer os desejos materiais ilimitados do ser humano diante dos recursos limitados, principalmente dentro de um sistema capitalista que chegou a um patamar onde a ambição é tamanha, deixando claro que o mais importante é o lucro. O capitalismo, desde o seu surgimento, passou por fases que ficaram marcadas na história, como a divisão de classes (entre burguesia e proletariado), as Revoluções Industriais, as Guerras mundiais, grandes descobertas científicas, entre outras.

Desta forma, o sistema capitalista, unido com uma economia de mercado e com intervenções modestas de Estado, obteve muitos progressos no seu desenvolvimento. Porém, como consequência, surgiram também as crises. Segundo Schumpeter (1997), a crise é o momento ideal para a descoberta de novas ideias, introdução de inovações no sistema, a origem de mercados novos com propósitos diferenciados, se tornando uma oportunidade relevante para novas experiências. O capitalismo é um sistema sustentado por ciclos. Nos períodos de pico, a produtividade tende a ser maior junto com o lucro, já nos momentos de declínio e depressão, diminui o lucro das empresas e acaba aumentando o desemprego.

Nessa busca incessante pela maximização dos lucros, as empresas precisam utilizar métodos que diminuam os custos, aumentem a produtividade do trabalhador, que tornem os processos de produção mais eficientes na sua escala de tempo, buscando fazer o necessário para aumentar a lucratividade da empresa. Desenvolver atualmente nas empresas o foco por gerar resultado positivo, é um dos pontos mais discutidos dentro das organizações.

É nesse contexto de produção e consumo que surge a grande preocupação com os recursos naturais, onde muitos tendem a se tornar ainda mais escassos e outros acabam sendo prejudicados de maneira irreversível. As causas da degradação ambiental são percebidas em todos os países, porém de maneiras diferentes. Esse

desacordo onde a sustentabilidade se coloca como uma forma de entrave à evolução capitalista, surge o tema de pesquisa desse estudo. Assim, o tema desse estudo consiste na exposição do conflito entre a Sustentabilidade e o Capitalismo.

O tema discutido nesse trabalho é de grande relevância, inclusive internacionalmente, por se tratar de dois fatores (capitalismo e sustentabilidade ambiental) essenciais na vida humana. Devido à isso, cada país tem um representante na assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU) onde debatem sobre problemas ambientais que estão se agravando. É nesse cenário entre crescimento econômico, desenvolvimento do capitalismo e a existência e dinâmica da sustentabilidade que surge o problema a ser trabalhado. De que forma é viável, haver um equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e o capitalismo?

O assunto exposto, que fala sobre a sustentabilidade dentro do capitalismo, é um tema profundo e pertinente que já vem sendo estudado e investigado a um bom tempo. É possível perceber que, se a sustentabilidade não estiver alinhada ao capitalismo e aos avanços de inovações, as consequências serão assustadoras, tendendo levar o mundo a um futuro indesejado.

É fundamental levantar apontamentos à respeito do que é preciso para continuar o processo de desenvolvimento do capitalismo, sem prejudicar a função que a sustentabilidade desempenha de maneira geral. Somente dessa maneira existirá a possibilidade das futuras gerações não serem afetadas, com a escassez de recursos essenciais.

Dessa forma o presente estudo visou apresentar possíveis maneiras que modifiquem a rotina e a visão de todas as pessoas, em relação a suas futuras gerações. Além das pessoas como simples cidadão, essa mudança no comportamento tende a afetar as organizações privadas, as instituições públicas e a interação mundial.

É interessante como muitos autores que defendem o capitalismo, não se importam citar nas obras as possíveis consequências negativas relacionadas a questão ambiental, focando no lucro do negócio, e da sua nação. Porém, com o passar do tempo, esse modo de comportamento foi obrigado a se adaptar à realidade, devido as pressões de grupos e movimentos ambientais que alertam para o esgotamento de alguns recursos naturais.

Como o modelo econômico vigente é capitalista de toda maneira, o ideal seria se os empresários “adotassem” a causa sustentável buscando encontrar estratégias

econômicas e mercadológicas para fortalecer seu negócio, de maneira a contribuir positivamente com projetos socioambientais por questão de consciência, e não por medo à penalidades.

Nesse sentido, esse estudo objetivou identificar a principal falha do capitalismo em relação ao uso descontrolado dos recursos naturais. Para desenvolver o estudo foram elaborados os objetivos específicos que conduziram a organização do conteúdo estudado.

- a) Levantar informações e dados históricos do capitalismo, segundo algumas escolas econômicas;
- b) Identificar a dimensão que as questões ambientais e sustentáveis têm nos debates internacionais;
- c) Verificar a eficácia de políticas e acordos ambientais internacionais.

O trabalho realizado está estruturado em capítulos, iniciando-se no capítulo 1 com a introdução, onde consta uma breve descrição geral do estudo realizado, o tema abordado, o problema de pesquisa, a justificativa, o objetivo geral acompanhado dos objetivos específicos.

O capítulo 2 é composto pela revisão da literatura que tem como principais assuntos, o capitalismo, na sequência, as crises geradas pelo desenvolvimento do capitalismo e a sustentabilidade ambiental. Cada capítulo apresenta subcapítulos que tornam a revisão bibliográfica bem estruturada e repleta de conteúdo.

O capítulo 3 se refere à metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho, classificando-a quanto aos métodos de abordagem e de investigação, bem como descrever as técnicas de pesquisa utilizadas. Já o capítulo 4, consiste na apresentação e análise dos resultados. Por fim, constam as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo apresenta o referencial teórico onde são abordados temas como o capitalismo, sua trajetória e seus impactos na sociedade de maneira geral. Além, de relatar as falhas no sistema, levando às crises e suas consequências. A partir da evolução do capitalismo, a sustentabilidade ambiental surge para defender os recursos naturais que podem desaparecer, com a exploração sem controle. Como a degradação ambiental se tornou frequente em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas precisou intervir, com a elaboração de normas ambientais a serem respeitadas e seguidas por todos os países.

2.1 CAPITALISMO

O Capitalismo hoje é um sistema que se ramifica em relação ao ponto de vista de cada indivíduo. Antigamente era conceituado como acumulação de capital. Um capitalista, ou uma sociedade capitalista era aquela que acumulava capital, esse conceito com o passar dos anos foi sendo modificado, hoje pode ser considerado um sistema econômico, político e social, sendo a base do funcionamento das nações em geral (BRUE, 2005; CATANI, 2003; BEAUD, 2004).

Max Weber *apud* Catani (2003) descreve o sistema capitalista como civilização do moderno mundo ocidental, acentuando que em civilizações como a Índia, China, Babilônia e Egito, faltava um método sistemático que pudesse ser comparado com conceito racional de Aristóteles. Era considerado Direito racional a forma de organização e rígido esquema jurídico de pensamento que se encontravam presentes no sistema de ensino, na maneira de organizar a política partidária e nas organizações parlamentares, tais esferas são marcadas pela peculiaridade e determinada racionalidade diferenciando a civilização ocidental das demais.

Para estruturar o seu conceito de capitalismo, Marx *apud* Brue (2005) utilizou pontos que considerou relevante, sendo eles: a teoria do valor do trabalho, a teoria da exploração, a queda da taxa de juros e o acúmulo de capital, a crise e o acúmulo de capital, a centralização de capital e a concentração de riqueza e o conflito de classes.

É a relação entre esses fatores dentro de uma economia que sustentam e movem o sistema capitalista.

Adam Smith *apud* Brue (2005), afirma que os agentes econômicos buscam ir atrás de seus interesses, dessa forma o negociante busca o lucro, o consumidor tende a buscar o preço mais baixo, analisando sua qualidade. O trabalhador quer um salário mais alto, que corresponda ao seu trabalho. Sendo assim, a economia capitalista funciona como se houvesse uma mão invisível que direcionasse os interesses próprios de cada agente a caminho de um bem social.

Segundo Ricardo *apud* Sweezy (1982, p. 111), “considero os desejos e preferências da humanidade como ilimitados. Queremos sempre aumentar nossas distrações ou nossa força. O consumo contribui para nossa diversão, a acumulação para a nossa força, e igualmente promovem a procura”.

“O capitalismo em expansão encontra realidades sociais; ele se choca a elas ou se serve delas; ele as subverte, as transforma, as reprime ou as exacerba. Portanto, é de tudo isso que temos de falar quando queremos apreender o capitalismo em seu movimento histórico” (BEAUD, 2004, p. 192).

A história do capitalismo é uma evolução constante em épocas contrárias, e é interpretada por cada escola econômica de maneira diferente, onde cada uma estabelece fatores considerados relevantes que influenciam no desempenho econômico. Dessa maneira cada escola clássica teve seus pontos positivos e negativos, contribuindo para o funcionamento do sistema econômico de sua época dadas as circunstâncias do cenário que viviam. Partindo do próprio capital é que surgem as divergências (BRUE, 2005).

2.1.1 Mercantilismo

A escola mercantilista é conhecida por apresentar alguns dogmas que dirigiu a forma de funcionamento do capitalismo daquela época. São considerados como os principais: O ouro e a prata como forma mais desejável de riqueza; O Nacionalismo; Comercialização e monopolização do comércio colonial; Oposição a pedágios, impostos e outras restrições internas sobre o transporte de bens; Forte controle central; População numerosa e trabalhadora (BRUE, 2005).

Thomas Mun *apud* Brue (2005) ficou conhecido na sua época por defender a ideia de que é mais vantajoso comercializar com os estrangeiros, fazendo com que a nação ganhe os lucros, do que comercializar internamente entre eles mesmos, impedindo a nação de enriquecer, porque em seu entendimento o ganho de um indivíduo é a perda de outro.

Segundo Deyon (1969) a nação mostra o grau de poder que tem, através da quantidade de reservas de ouro e prata que possui. Acreditava que deveria ser proibida todas as saídas de espécies, por parte do reino. Cada reino na Europa tinha diferenciais, sejam recursos naturais, sejam a forma de organização, que os impulsionava, como na França fechar as fronteiras e limitar as exportações e importações do país.

“Os projetos mercantilistas são universais, e em toda parte, nas deliberações dos Conselhos de governo, encontram-se as mesmas decisões, as mesmas proposições e todos os argumentos que a literatura econômica da época popularizava” (DEYON, 1969, p. 35).

2.1.2 Fisiocracia

O principal objetivo dos fisiocratas era o sistema econômico em seu conjunto, sendo regido por uma ordem natural. A escola Fisiocrata se caracteriza por alguns dogmas como: Ordem natural; *Laissez-faire, laissez-passer*; Ênfase na agricultura; Taxação do proprietário de terra; Inter-relação da economia. Esses fatores foram preponderantes para desenhar a escola, e diferenciá-la das outras, sendo o capital terra o ponto chave para desenvolvimento do pensamento fisiocrata (BRUE, 2005).

De acordo com o pressuposto da ordem natural “as leis da natureza governam as sociedades humanas da mesma maneira que as descobertas de Newton governam o mundo físico” (BRUE, 2005, p. 35); Já o *laissez-faire, laissez-passer* é entendido segundo Gournay *apud* Brue (2005, p. 35) “deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo”. A ênfase na agricultura é relevante porque somente ela produzia um excedente, aquele valor acima dos valores da produção.

Para Freitas (2006) os fisiocratas entendem o excedente como uma virtude da natureza, já que o excedente (valor que excede) tem origem na produção agrícola,

sendo considerada a única produtiva. Dessa forma surge o lucro, que não é conhecido por eles, sendo assim para eles não existe o lucro propriamente dito. Esse excedente é pago para os trabalhadores em forma de renda, liberado por parte dos proprietários de terra.

Para Quesnay *apud* Brue (2005, p. 38):

A sociedade era semelhante ao organismo físico. A circulação de riqueza e bens na economia era como a circulação de sangue no corpo. Ambos estavam de acordo com a ordem natural e ambos poderiam ser compreendidos por meio de análise cuidadosas. Quesnay acreditava que as leis feitas pelas pessoas deveriam estar em harmonia com as leis naturais.

Segundo Marx (1980) a fisiocracia auxiliou significativamente na produção e não na circulação. O autor defende que o ramo da produção não depende da circulação, e da troca entre os homens, mas sim a troca entre o homem e a natureza, diferenciando-se do mercantilismo. Marx também afirma que o trabalho agrícola é o único que gera mais-valia. E esta é derivada da terra, e não da sociedade.

2.1.3 Doutrina Clássica

O liberalismo econômico define a doutrina Clássica de uma forma mais ampla, trazendo a liberdade para o indivíduo, o incentivo para o desenvolvimento das propriedades privadas e o governo com o mínimo possível de poder para interferir no desempenho do mercado. “No longo prazo, a economia clássica atendeu a toda a sociedade porque a aplicação de suas teorias promovia o acúmulo de capital e o crescimento econômico” (BRUE, 2005, p.49).

Smith *apud* Brue (2005) entende a riqueza de um lugar, com o mínimo de intervenção governamental no funcionamento do mercado, sendo toda produção de bens de consumo realizado por parte da sociedade, e ainda a livre circulação de produção e distribuição de mercadorias e serviços.

David Hume teve um papel de destaque em sua trajetória na Doutrina Clássica, foi quem revelou que o problema da economia é a escassez. Para Hume, os homens desejam cada vez mais bens para consumo, que não vencem produzi-los e distribuí-los. Acredita que o progresso da sociedade está ligado ao consumo e ao luxo humano. Afirmou que o dinheiro é uma ferramenta representativa que facilita a troca de mercadoria entre os homens, associado a isso destaca que o nível de preços é influenciado pela quantidade de moeda e produtos em circulação (SOUZA, 2004).

De todos os pensadores clássicos David Ricardo e Thomas Malthus trouxeram linhas de pensamento diferentes dos demais, por apresentarem ideias voltadas ao problema de escassez e pobreza, enquanto os demais visaram no funcionamento do sistema econômico e na obtenção do lucro. Adam Smith, com a obra *A riqueza das nações*, tem papel preponderante na doutrina clássica sendo considerado o ponta pé inicial, no surgimento e desenvolvimento da escola (NAPOLEONI, 1924).

Adam Smith aborda temas como a teoria do valor, o preço de mercado, os salários, o lucro, a renda, a função da moeda, a dívida, o bem estar econômico e o conflito de classes, entre outros, é a relação desses fatores que define o poder da nação. Já Thomas Malthus contribuiu com o estudo econômico com foco na Teoria da população, a Lei dos pobres, a Fome, a Teoria da superprodução entre outras, mais direcionadas a escassez de terras e produção de alimentos. Enquanto para David Ricardo, a moeda, a teoria dos rendimentos decrescentes, a teoria da renda, a teoria do valor da troca, a distribuição da renda, os salários, o lucro, a renda e o desemprego foram os pontos principais da sua carreira na escola clássica (BRUE, 2005).

2.1.4 Marginalista

No cenário de rápida mudança econômica em grande parte da Europa e nos Estados Unidos, acompanhados do surto industrial em meados de 1840 e 1873, com a Revolução Industrial na Inglaterra. A acelerada industrialização foi acompanhada de uma potente concentração de capital, isso ocorreu através da forte concorrência que surgiu entre empresários, onde os mais fracos acabaram sendo eliminados. Nesse cenário, para se manter vivo, empresários começam a fazer fusões, juntam-se em trustes e cartéis, a partir daí o capitalismo começa se remodelar, porque agora milhares de empresas de ramos diferentes e importantes, são as que regem o sistema econômico (HUNT, 1981).

Nesse sistema econômico, teve início a escola marginalista que com dois pensadores principais que são Jevons e Menger, direcionaram seus estudos para a utilidade marginal. Entre os principais pontos analisados estão o foco na margem de lucro; o comportamento econômico racional; a ênfase na microeconomia; a livre concorrência; a teoria do preço orientado pela demanda; ênfase na utilidade subjetiva;

enfoque no equilíbrio; fusão da terra e bens de capital; mínimo envolvimento do governo (BRUE, 2005).

Na visão de Warlas a economia é um sistema de trocas, deixando de observá-la como uma relação de classes. O autor interpretava o ciclo da economia destacando como produtivo o capital, a terra e o trabalho. Nesse cenário de produção cada pessoa busca maximizar a sua utilidade vendendo sua força de trabalho para um empresário, para poder ter condições para consumir (HUNT, 1981). Para Hunt (1981, p. 309) “Os juros eram o pagamento do capital, a renda era o pagamento da terra e os salários eram o pagamento do trabalho”.

2.1.5 Marxismo

A escola marxista foi criada a partir das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Marx baseou seus estudos relacionados a sociedade capitalista, analisando as relações de causa e efeito no sistema social. Afirma que o modo de produção desenvolvido, ou seja a base econômica, tem muita interferência no conjunto das instituições sociais. O modo de produção, as forças produtivas, as relações de produção para Marx, compõem a base do sistema econômico (HUNT & SHERMAN, 1994).

O marxismo apresenta-se em dois pontos principais, um é o econômico e o outro é o sócio filosófico. O sócio filosófico está focado na luta de classes, assunto de grande relevância no desenvolvimento dessa escola. Já o econômico, contém duas temáticas, sendo elas a exploração e a evolução (HUGON, 1995).

Marx em seu livro “O Capital” desenvolve o seu raciocínio a respeito da acumulação de riquezas dentro das sociedades. Para o autor, a produção capitalista é governada pela riqueza de cada sociedade, e essa produção é definida pela acumulação de mercadorias. Define a mercadoria como sendo qualquer objeto, ou coisa que por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas. Não importando se essa satisfação seja através do consumo ou da produção (MARX, 2017).

Além do valor de uso das mercadorias, Marx aborda também nessa obra a importância do processo de troca, fala sobre o dinheiro ou a circulação das mercadorias, e apresenta a transformação do dinheiro em capital, ocupa-se também

em descrever o processo do trabalho e o processo da mais-valia, além desses temas citados o autor também aborda outros temas relacionando-os (MARX, 2017).

Marx se opõe a muitas ideias dos clássicos, criticando-os por não terem o conhecimento necessário sobre história. Considera o capitalismo como um modo de produção, e afirma que em tempos passados a produção sempre apresentou traços comuns, características que fazem toda a diferença no processo de análise. O autor aponta que o capital mostra uma característica universal com toda a produção, porém com relação ao capitalismo ele apresenta característica particular. E a incapacidade de perceber essa diferença leva Marx a criticar estudiosos que o antecederam (HUNT, 1981).

2.1.6 Neoclássica

A economia neoclássica surgiu do marginalismo, ou seja, a partir do pensamento microeconômico marginalista, com pequenas modificações foi dando início a uma forma de pensamento *neo* (significa novo), neoclassicismo, sendo assim uma nova forma de classicismo. Essas duas linhas de pensamento apresentam três principais diferenças no processo econômico estudado (BRUE, 2005).

Ainda conforme o mesmo autor, para os neoclássicos a demanda e a oferta, são essenciais para determinar os preços dos serviços, produtos e movimentar o mercado, enquanto os marginalistas apontam somente para a demanda. O segundo ponto se refere a importância que os neoclássicos direcionam a função da moeda dentro da economia, sendo que para os marginalistas esse assunto não tem muita relevância. O terceiro e último ponto, diz respeito a ampliação dos estudos relacionados a análise marginal para outras estruturas de mercado, além duopólio, monopólio e da livre-concorrência.

Alfred Marshall foi um relevante neoclássico, pois quantificou e sistematizou o material de Smith e Ricardo, tornando seus estudos atualizados para tecnologia de sua época. Marshall afirma que a Economia é um instrumento para a descoberta da verdade concreta, e que seus estudos não são dogmas imutáveis e universais. Contribuiu economicamente com as publicações “Official Papers” e “Money, Credit and Commerce”. A primeira obra relata sobre a teoria monetária, onde destaca a renda real (riqueza) como principal fundamento da análise. Já a segunda obra, aborda

a influência dos sistemas de crédito, a importância de uma oferta adicional de moeda com relação aos preços, e o desempenho da taxa de desconto (MARSHALL, 1985).

A teoria neoclássica trabalha com o grau de utilidade, relacionando a dois pontos de concentração, que é as famílias e a firma, estes são considerados dois fluxos circulares contínuos. As famílias são consumidoras finais e também fatores de produção. Já as firmas atuam no retorno de bens de consumo para as famílias. Nesse contexto, as famílias tentam maximizar a utilidade nos bens de consumo, e as empresas buscam maximizar a utilidade da diferença entre o valor pago pela mão obra e o valor que recebe na venda dos bens finais (HUNT, 1981).

2.1.7 Keynesiana

A doutrina Keynesiana surgiu durante a Grande Depressão nos anos 30, sendo um período complicado pela turbulência que vivia o mundo. Nesse cenário, a economia mundial exigia uma visão ampla dos economistas, porque se travam de vários assuntos que necessitavam de boas ideias sustentáveis, para fortalecer a economia dos países novamente. As principais ideias do keynesianismo estão relacionadas a ênfase macroeconômica, a orientação pela demanda, a preocupação com a instabilidade econômica, a inflexibilidade nos salários e nos preços, e também nas políticas fiscais e monetárias ativas (BRUE, 2005).

Keynes destaca que na sua visão que a economia é uma ciência moral, onde ressalta que as decisões de cada indivíduo são tomadas emocionalmente e cognitivamente, sendo assim o sistema econômico pode ser explorado pela economia comportamental (DONÁRIO; SANTOS, 2016).

Alguns dos assuntos abordados por Keynes em seus trabalhos, que considera relevante para o bom funcionamento de uma nação diz respeito à população, organização, a psicologia da sociedade, alterações no valor do dinheiro e sua influência na distribuição, a classe dos investidores, a classe dos empresários, os assalariados, o efeito sobre a produção das alterações no valor da moeda, a distinção entre poupança e investimento, trabalha também a teoria da taxa de juros, a teoria geral do emprego (KEYNES, 1978).

2.1.8 Crescimento e desenvolvimento econômico

Após vários anos de evolução e ideias desenvolvidas na área econômica, em aproximadamente 1945 na Europa e nos Estados Unidos da América, com muita dedicação alguns pensadores variados começam falar sobre o crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o crescimento econômico se dá pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação, em um determinado período de tempo. Já o desenvolvimento é o processo que melhora a qualidade de vida do povo (BRUE, 2005).

Para Pereira (2008) o desenvolvimento econômico envolve tanto incorporação do progresso técnico, o aumento da produtividade, dos salários, a melhora na qualidade de vida, como implica em mudanças culturais, institucionais e na estrutura do sistema da nação trabalhada.

A partir da visão de Schumpeter, deve-se analisar de maneira geral o movimento da economia e o modo de produção em sociedade, que resulta no capitalismo. Destaca como base para descrever o desenvolvimento econômico, a livre concorrência, a propriedade privada e a divisão do trabalho. É importante destacar que nesse cenário as inovações fazem muita diferença no crescimento e no desenvolvimento econômico, onde o fluxo circular deixe de ser monótono (COSTA, 2006).

Souza (2007), descreve que o desenvolvimento na visão Schumpeteriana surge de novas combinações no processo produtivo, gerando o desequilíbrio no fluxo circular padrão, rotineiro. É necessário a destruição de combinações anteriores, e o deslocamento de combinações menos produtivas, por combinações novas, esse processo ficou conhecido como destruição criativa. Schumpeter é o maior influenciador dessa recente visão de desenvolvimento, e destaca que o emprego de recursos disponíveis diferenciados, induzem ao desenvolvimento, não importando o ritmo de crescimento.

A introdução de um novo produto no mercado, um diferente método de produção, a abertura de um novo mercado, a descoberta de uma nova fonte de matéria prima, são pontos essenciais que Schumpeter sinaliza como oportunidade para a geração de novas fontes de lucro (SOUZA, 2007).

2.2 AS CRISES GERADAS PELO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

As crises são eventos que muitas vezes acumulam emaranhados de processos, geralmente econômicos, mal interpretados e conseqüentemente mal executados, acarretando problemas em todas as áreas do sistema, podendo ser em pequenas ou grandes escalas. Nessa circunstância a economia acaba prejudicada quando há uma interrupção no processo natural de oferta e demanda. Impactando nos estoques das empresas que ficam saturadas de mercadorias sem destino, e do outro lado, os consumidores que se sentem completamente insatisfeitos, pois suas necessidades de consumo são afetadas (SWEEZY, 1982).

Chelala (2009) considera as conseqüências de uma crise equivalente às ondas de um riacho, que ao ser tocado por tocado por um abeto lançado em si, as primeiras ondas vão criando ondas ainda maiores, tanto em longitude quanto em profundidade. Dentre todos os efeitos maléficos, considera o desemprego o pior deles.

É o próprio desenvolvimento do sistema capitalista que produz as barreiras, que o levam ao declínio, conhecido como crise, trazendo consigo um leque de conseqüências, como a queda do crescimento econômico, elevação do desemprego, evidenciando a inflação, reduzindo do poder aquisitivo dos trabalhadores; cenário incerto, inquietação da população em geral, sentimento angustiante. Assim aconteceu, no sucesso dos anos 60, que implicitamente se criava embriões que eclodiriam na crise dos anos 70 (BEAUD, 2004).

Para Camargo, Corsi e Vieira (2011, p. 1) “A crise rapidamente tomou conta da economia mundial. Em fins de 2008, a situação parecia ganhar contornos dramáticos, pois o epicentro da crise encontrava-se no próprio núcleo do capitalismo e o sistema financeiro mundial parecia contaminado com títulos insolventes.”

Ao passar por diversas crises, é possível que o capitalismo já as entenda, e saiba que em cada uma delas aconteça transformações e progressos que condizem com a modernidade vigente. Sendo assim é perceptível através do decorrido, analisar as diretrizes positivas que surgem, e da mesma maneira o sentimento de incerteza que a contempla (BEUAD, 2004).

2.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A pressão que o planeta Terra vem sofrendo, através de agressões e a descontrolada exploração, é nítido. Os sinais são claros, cabendo a humanidade encontrar maneiras para aliar as necessidades atuais com responsabilidade para garantir a sobrevivência das gerações futuras. Sendo este o intuito da sustentabilidade (PEARSON, 2011).

Segundo Diamond *apud* Pearson (2011, p. 9):

O predomínio das civilizações ocidentais pode ser explicado pela abundância de recursos naturais, ingredientes indispensáveis para o desenvolvimento de atividades econômicas. Após de analisar histórias de ascensão e decadência, conclui que a maioria compartilha de um denominador comum: a euforia gerada pelo sucesso ofusca os riscos ambientais provocados pela exploração predatória.

A sustentabilidade para Norton *apud* Mota e Gazoni (2010, p. 21) tanto a economia quanto a ecologia são sistemas dinâmicos, porém os processos ecológicos se desenvolvem mais lentamente, de tal maneira que é impreciso afirmar como será o futuro da humanidade.

De acordo com Shigunov, Campos e Shigunov *apud* Pearson (2011), o Relatório Brundtland, produzido em 1987, apresenta a sustentabilidade como meio de suprir as necessidades dessa geração, sem impedir que as próximas gerações permaneçam vivas, com as mesmas condições que a nossa ou ainda melhor. Dessa forma é necessário que os ciclos de renovação dos recursos naturais sejam respeitados.

É primordial rever a maneira de produzir, e utilizar os recursos disponíveis da forma apropriada levando em consideração que muitos recursos estão se tornando escassos e que as vontades humanas são intermináveis. Na visão ideológica é essencial que exista uma adaptação entre os custos e os benefícios, para potencializar o desenvolvimento capitalista (AQUINO, et al, 2015).

Para Petroni *apud* Venturini (2015, p. 14) “Sustentabilidade é mais que agregar valor [econômico] a um produto ou serviço. Ela é um valor que se refere à qualidade de vida, ética, transparência, atuação consciente e responsável, respeito a todas as formas de vida, não apenas a humana”.

2.3.1 Recursos naturais

Os recursos naturais são essenciais para a sobrevivência humana, pois dispõem de alimento, abrigo e água. Desde o seu surgimento, humanidade precisou utilizar esses elementos no seu curso histórico, em primeiro para o seu sustento e agora para produzir o lucro, buscando o desenvolvimento das nações. Os recursos naturais são divididos em renováveis que são aqueles que podem se renovar com o passar do tempo, como por exemplo o vento, a energia do sol, entre outros; e os não-renováveis, sendo aqueles recursos que demoram muito tempo para se renovar ou não se renovam, como petróleo e os minérios em geral, entre outros (COELHO; GIRONDI, 2011).

Cada nação tem direito de usar os recursos que seu território oferece, e com o alerta ambiental em relação a exploração descontrolada, agora é também responsabilidade da nação conservar a sua diversidade biológica (BUTZKE; PONTALTI, 2012).

Após a descoberta do quão útil os recursos naturais seriam para o desenvolvimento econômico das nações, houve um certo entusiasmo sem preocupação, um período de exploração e descobertas. Na história econômica a principal escola que percebeu a “riqueza” nas terras, foi a Fisiocracia que viu o excedente a partir da produção agrícola. Foi somente nos anos 70 que um princípio de preocupação surgiu com a possível escassez de alguns recursos, que poderiam afetar o crescimento econômico (MAY; LUSTOSA; VINHA, 2003).

2.3.2 Organização das Nações Unidas (ONU)

A ONU surgiu em aproximadamente 1941, com a cooperação do Primeiro Ministro Britânico, Winston Churchill e o Presidente Norte Americano da época, Franklin Delano Roosevelt. O principal objetivo dessa “união” estava relacionada à preocupação com os problemas globais, principalmente relacionados à Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), que estava acontecendo. Portanto, foi elaborado uma declaração conjunta através da Carta do Atlântico com seis princípios fundamentais, que resultava num relacionamento de “paz”, bom consenso entre os povos (XAVIER, 2007).

Ainda conforme o mesmo autor, em 1943 o grupo de países envolvidos nesse assunto já havia crescido, foi então que foi redigido um documento internacional, conhecida como a Declaração de Moscovo, que dizia no art. 4º, “a necessidade de estabelecer o mais rapidamente possível, uma Organização Internacional fundada no princípio de uma igual soberania de todos os Estados pacíficos, organização de que poderão ser membros todos esses Estados pacíficos, grandes e pequenos, a fim de assegurar a intenção da paz e da segurança internacional”.

Dessa forma, a ONU interage no âmbito internacional como coordenadora e/ou mediadora de assuntos em comum entre os povos. É nesse cenário, que a ONU tem papel preponderante relacionado as questões ambientais, onde vários acordos foram negociados e discutidos, buscando analisar se o modelo econômico adotado para o desenvolvimento de certa forma pode estar sobrecarregando a natureza (CARVALHO; FADIGAS; REIS, 2012).

2.3.3 Agenda 21

A Agenda 21 é “imaginada” a partir da Resolução nº 44/228 realizada pela Assembleia Geral em 1989, onde um grupo de nações intimaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com uma certa urgência abordando os assuntos referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento, buscando alternativas que pudessem ser executadas por todos os povos com um objetivo comum (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995).

Mas é na Eco-92, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 que a proposta da Agenda 21 foi fortemente discutida com princípios, estratégias, programas e ações. Para Novaes (2003), a Agenda 21 vai além de um simples documento com objetivo de resolver os problemas sociais e ambientais. Faz parte de um processo que envolve a interação da sociedade em geral, os governos, o sistema econômico e cultural de cada nação, visando diagnosticar os problemas, e apontar maneiras de solucionar que sejam sustentáveis e eficaz (BORN, [s.d]).

Foi a partir da Agenda 21 que o termo desenvolvimento, foi repensado se tornando em desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é um ponto de referência básico no documento, pois é a partir dele que todas as estratégias,

programas e metas foram elaborados. Esse tema é o objetivo em comum de todas as nações, cada uma pode criar e executar a sua própria Agenda 21, como fez o Brasil, por exemplo, para tentar agilizar o processo de desenvolvimento (CRESPO, 2012).

2.3.4 Conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo foi um marco relacionado ao problema ambiental, no debate internacional que aconteceu em Estocolmo na Suécia, em 1972. Nessa conferência surgiram as primeiras reflexões de contrariedades à industrialização. Tomando uma dimensão mais abrangente, com aspectos sociais, políticos e econômicos sobre a natureza. Foi aprovado durante essa conferência a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, documento com diretrizes e com um plano de ação para a preservação ambiental em nível mundial (PEARSON, 2011).

O principal efeito da Conferência de Estocolmo foi o reconhecimento mundial e o entendimento de forma mais clara da necessidade de agir, em favor do meio ambiente. Nesse sentido foi criado o Plano de Ação para o Meio Ambiente, sendo o seu objetivo nortear com responsabilidade as políticas relacionadas à controle de exploração, preservação, entre outras. Também foi discutido e trabalhado sobre aspectos econômico-financeiro para as atividades da ONU relacionadas ao meio ambiente (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012).

O alerta de preocupação com o meio ambiente partiu de países desenvolvidos, e industrializados através de cientistas, órgãos não-governamentais e uma parcela da sociedade que ficou apreensiva com o alto nível de poluição que o planeta vem sofrendo desde a industrialização. Além do grau de poluição, outro ponto que foi fortemente discutido é em relação a qualidade de vida do ser humano nesse cenário. A Conferência de Estocolmo, buscou de maneira geral destacar a atenção do meio ambiente para todos os agentes entre nações, sejam setor público, setor privado e a sociedade em geral. Mas é necessário que os governos tomem a iniciativa em relação a programas e estratégias nacionais (LAGO, 2006).

3 METODOLOGIA

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.14) “A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação”.

Esta pesquisa foi realizada observando acontecimentos naturais e progressos tecnológicos, ocorridos ao longo do tempo em nível mundial. Não é focada em um lugar específico, mas de maneira mais ampla visou levantar dados e informações históricas, sobre o capitalismo e a sustentabilidade ambiental de maneira geral.

Quanto aos objetivos da pesquisa, esta se classifica como descritiva. Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

A pesquisa se caracteriza como descritiva porque relata os principais processos e fatos do desenvolvimento do capitalismo, através da história das escolas econômicas, relacionando ao surgimento da sustentabilidade e o grau dos seus impactos no desenvolvimento do sistema econômico global. Os dados da pesquisa foram levantados por meio de livros, sites da internet, artigos, dissertações e documentos entre outros.

O método de abordagem utilizado é o dedutivo. “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (GIL, 2008, p. 9). Ao analisar o curso histórico do capitalismo, e dos problemas ambientais gerados pela ambição humana sem limite, é possível deduzir o rumo que o sistema poderá ter, e buscou-se propor sugestões que objetivem uma mudança positiva, considerando a qualidade de vida das futuras gerações.

Quanto aos métodos de investigação, o estudo se caracteriza como qualitativo e histórico. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses

previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Este estudo se configura como histórico, pois buscou trabalhar com fatos atuais que tiveram origem no passado, e acompanhar a evolução do objeto estudado pela história. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p.107), o método histórico traduz-se em apurar acontecimentos, processos e instituições antigas para averiguar a sua influência na sociedade atual.

Em relação as técnicas de pesquisa, ela se classifica em bibliográfica e documental. Bibliográfica por compor significativa parte do referencial teórico, onde foi descrito sobre o capitalismo e a sustentabilidade. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.183), “A pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. A coleta dos dados é por meio de revisão bibliográfica envolvendo livros, artigos, monografias, revistas e documentos já tornados públicos”.

Já a técnica documental, abordou o tema referente à ONU, e aos documentos utilizados como a Agenda 21, a Conferencia de Estocolmo, entre outros. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.174), “A característica da pesquisa documental é que a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Para a análise e discussão dos resultados, fez-se uso da técnica de análise de conteúdo. Bardin *apud* Campos (2004, p. 612) “configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os dados levantados na pesquisa. O trabalho foi realizado partindo de dois assuntos principais, a evolução do capitalismo analisado através de algumas escolas econômicas, e a importância da sustentabilidade por meio de órgãos internacionais. Sendo assim, esse capítulo apresenta os resultados do estudo, os quais foram obtidos de forma objetiva.

4.1 DADOS HISTÓRICOS DO CAPITALISMO

O que diz respeito às escolas econômicas, foram selecionadas, algumas consideradas as mais importantes pela autora, para abordar os assuntos referentes a evolução do capitalismo, desde seus primeiros sinais. O conceito de capitalismo se difere em alguns aspectos para autores distintos. A origem da palavra vem do latim *capitalis*, que surgiu do indo europeu, que significa “cabeça”, fazendo referência as cabeças de gado daquele tempo, que eram consideradas meio de riqueza da época (PINHEIRO, 2010).

A palavra capitalismo foi usada pela primeira vez pelo escritor Thackeray, em 1854, onde se referia a “acumulação de capital”. Antes do mercantilismo as práticas econômicas de comercialização já eram semelhantes a essência capitalista, porém não era conhecido o capitalismo em si. Sendo assim, a evolução do capitalismo se deu através das atividades econômicas praticadas dentro das sociedades da época.

Com o passar do tempo esse conjunto de atividades, associadas a fatores estudados que influenciam na economia, os agentes econômicos, se tornaram um sistema onde cada agente tem grande relevância no resultado projetado. É nesse contexto que o capitalismo moderno se tornou um sistema, ou seja, uma rede de fatores econômicos que interagem entre si na sociedade, com princípios culturais e políticos.

As informações e os dados da história do capitalismo estão citados no quadro a seguir, conforme a sequência cronológica das escolas econômicas estudadas. É interessante destacar que não estão citadas todas as escolas econômicas da história mundial, mas sim as consideradas mais relevantes pela autora. Em relação aos

defensores mencionados, é preciso deixar claro que não são somente esses que representam cada escola, esses foram escolhidos como referência para representar as ideias da escola, mas muitos tem uma linha de pensamento que difere em alguns aspectos da escola. A época e o lugar citados servem como base, onde de alguma forma se desenvolveram as principais ideias referente as escolas.

Quadro 1: Histórico da evolução do capitalismo através das escolas

ESCOLA	ÉPOCA	LUGAR	CAPITAL/RIQUEZA/FOCO	DEFENSOR
Mercantilistas	1500-1776	França e Inglaterra	Ouro e prata (comércio)	Mun, Malynes
Fisiocrática	1756-1776	França	Agricultura (terra)	Quesnay e Turgot
Escola clássica	1776-1871	Inglaterra	Liberalismo econômico	Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, David Hume
Marginalista	1871	França e Áustria	Liberismo econômico	Cournot, Menger, Jevons e Walrás;
Marxismo	1880	Europa	Planificação	Karl Marx
Neoclássica	1870 - 1929	Inglaterra	Evolução dos fatores, dinamismo econômico,	Alfred Marshall
Keynesiana	1936	EUA	Intervenção do Estado (gastos públicos)	Keynes
Institucionalista/ Evolucionista	1919 - Atualmente	EUA	Economia evolucionária	Thorstein Veblen
Crescimento e Desenvolvimento Econômico	1945 - Atualmente	Europa, EUA	Investimento + Inovação tecnológico	Schumpeter
Escola de Chicago	1950 - 1970	EUA	Liberalismo econômico	Milton Friedman George Stiegler

Fonte: Adaptado de Brue (2005).

O mercantilismo aconteceu entre os anos de 1500 a aproximadamente 1776, onde a principal fonte de riqueza era o acúmulo de capital, ou seja, de metais preciosos (ouro e a prata). Era a política econômica daquela época, praticada pelas

monarquias europeias, principalmente na França e na Inglaterra. Conforme Deyon (1969), destaca que valorizavam a balança comercial, ou seja, as exportações e importações, no caso das importações trabalhavam com o protecionismo tarifando os produtos importados, porque o que importava era aumentar o volume de capital dentro da nação. Dois de seus pensadores são Mun e Malynes.

Já a fisiocracia durou aproximadamente entre os anos de 1756 a 1776, mais especificamente na França. No ponto de vista dos fisiocratas representado principalmente por Francois Quesnay, a verdadeira fonte de geração de riqueza é a agricultura, dessa forma a terra era o que a nação tinha de maior valor, sendo o seu capital. Quesnay entende que a circulação econômica, segue a ordem natural e assemelha ao funcionamento do corpo humano, onde tudo deve ser cuidado com análises. A sociedade, para os fisiocratas se divide em três classes, sendo a classe produtora, os proprietários de terra e a classe estéril, na economia defendendo o liberalismo econômico.

Seguindo o quadro, a terceira escola listada é a Clássica que perdurou aproximadamente de 1776 a 1871, mais precisamente na Inglaterra. Pode-se apontar os principais princípios do Classicismo econômico que o diferenciou das visões anteriores, como a liberdade do indivíduo, a propriedade privada, a facilidade das trocas através do dinheiro, a mínima intervenção do governo (os fisiocratas também não concordavam com a intervenção do governo na economia), prezavam muito pela participação da sociedade na produção e no consumo, fazendo assim o giro da economia. Entre os estudiosos que se destacaram nessa escola, está Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, David Hume.

Logo na sequência, ainda em 1871, na França e na Áustria a visão marginalista se apresenta com destaque para os pensadores Cournot, Menger, Jevons e Warlás. Em geral, os marginalistas entendem que o ideal na economia é existir um número significativo de pequenos produtores e consumidores, e estes não tem capacidade de influenciar em particular na relação de quantidades e preços do mercado. Afirmam que o benefício ou o custo gerado por unidade, induzem na decisão da produção e consumo, sendo assim destacam a utilidade e a produção marginal.

Já o Marxismo, iniciado na Europa em 1880, através das ideias de Karl Marx, o qual critica duramente a propriedade privada e os textos sagrados, e se definindo esquerdista a partir do seu ponto de vista relacionado ao sistema econômico. Marx é

o maior influenciador do socialismo, e ataca o capitalismo afirmando que esse gera desigualdade entre ricos e pobres e que o próprio ciclo do sistema iria se autodestruir.

A escola Neoclássica, durou aproximadamente de 1870 a 1929, destacando-se na Inglaterra. Os neoclássicos trazem uma nova interpretação dos fatores econômicos vistos de maneira diferente dos clássicos e marginalistas, estudam a alocação dos recursos escassos entre usos alternativos, trazem a racionalidade dos agentes econômicos (o que, quanto, como e pra quem produzir?), focando na microeconomia, e destacando o indivíduo como centro de estudo. Relacionam a teoria do valor utilidade com a teoria do custo de produção, a curva de oferta e demanda, e também os princípios de economia de Alfred Marshall, principal pensador.

O Keynesianismo, nasceu num período conturbado em (1936), onde os EUA, vivia já há um tempo, uma recessão econômica muito profunda, conhecida como “A grande depressão de 1929”. Momento em que a economia norte-americana se encontrava completamente estagnada, a partir desse cenário John Maynard Keynes, principal representante da escola Keynesiana, faz uma análise macroeconômica relacionando fatores chave que no curto prazo retomaria o crescimento econômico da nação. Destaca o pleno emprego, salários e preços, políticas fiscais (gastos públicos, tributação, empréstimos etc.) e monetárias (emissão ou controle de moeda, fixação da taxa de juro etc.), a produção e consumo, o investimento e poupança.

Na abordagem de Keynes, ele ressalta que para a economia voltar a crescer é necessário a interferência do Estado através de gastos públicos e obras, colocando todos a trabalhar, comprar, produzir, poupar, investir, fazendo a roda da economia girar independente se for as custas do endividamento público. Somente através do crescimento seria possível o recolhimento de impostos, e assim conseguiriam pagar as dívidas do Estado. O estado de bem estar, se dá com a proteção social na saúde, educação públicas, previdência (aposentadoria), e também com conquistas trabalhistas.

A partir de 1945, Shumpeter introduz a inovação e o investimento como fator preponderante para gerar desenvolvimento. O capitalista nessa nova visão é aquele que investe, empresta o dinheiro, deposita, é acionista. Já o empresário é quem executa a introdução de um novo produto ou mercado, a descoberta de uma nova matéria prima. Então, entende-se que o capitalista financia para o empresário inovar, sendo através da inovação que o desenvolvimento é alcançado. A visão de Schumpeter tem muita influência no sistema econômico atual mundial.

4.2 DIMENSÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E SUSTENTÁVEIS NOS DEBATES INTERNACIONAIS

As questões ambientais a partir da década de 70 ganharam um destaque especial nas assembleias organizadas pela ONU. Foram selecionados dentre os diversos temas discutidos nessas reuniões, os principais. Cabe frisar que as informações, não contemplam todos os eventos e acordos mundiais sobre as questões ambientais, mas foram selecionados alguns para mostrar os esforços que estão sendo realizados, para tentar amenizar os impactos. Sendo assim, destacou-se importantes tratados que estão listados no quadro a seguir:

Quadro 2: Importantes tratados internacionais ambientais

EVENTO	DOCUMENTO	ANO	LOCAL	OBJETIVO
Conferência de Estocolmo	Conferência de Estocolmo	1972	Estocolmo, Suécia	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição atmosférica; • Exploração dos recursos naturais.
Relatório de Brundtland	Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum	1987	Países desenvolvidos e em desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Novo conceito de Desenvolvimento Sustentável.
ECO 92 ou Rio 92	Agenda 21	1992	Rio de Janeiro, Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções para problemas socioambientais em geral.
Conferência de Kyoto	Protocolo de Kyoto	1997	Kyoto, Japão	<ul style="list-style-type: none"> • Limite emissão de gases poluentes.
Rio + 10	Rio + 10	2002	Johanesburgo, África do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável; • Conservação de recursos naturais; • Erradicação da pobreza; • Energias renováveis.
Rio + 20	Rio + 20	2012	Rio de Janeiro, Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Economia verde; • Erradicação da pobreza; • Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Autora (2018).

Esses assuntos são pauta durante as reuniões e conferências que tratam da qualidade de vida na terra, os recursos naturais, a sustentabilidade nas relações internacionais. Nessas reuniões são elaborados documentos e protocolos que servem

de direção para os países realizarem as estratégias de preservação e combate a destruição ambiental.

A conferência de Estocolmo, que aconteceu em 1972 em Estocolmo na Suécia, também chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ficou marcada na história da questão ambiental, pois foi o primeiro grande encontro onde reuniu líderes e representantes de vários países para debater sobre a relação ambiental com o desenvolvimento da humanidade. Destacaram-se principalmente os temas ligados a poluição atmosférica e a exploração dos recursos naturais, tendo como resultado uma declaração oficial de que as gerações futuras e toda a população mundial tem o direito de vida de qualidade, com saúde em um ambiente tranquilo sem degradações.

Foi a partir da conferência de Estocolmo que surgiu o Relatório intitulado Nosso Futuro Comum, também chamado de Relatório de Brundtland, publicado em 1987. Foi sendo formulado durante as várias audiências realizadas em países desenvolvidos e outros em desenvolvimento, não sendo em um lugar específico. O relatório apresentou um novo conceito de Desenvolvimento Sustentável, onde ressalta a ideia principal de que as necessidades do presente, não devem comprometer as futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades.

Já em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Nesse evento, os representantes de cada país acrescentam em suas agendas políticas e econômicas, que o desenvolvimento econômico é um processo alicerçado em limites físicos. Voltaram suas atenções para a relação sociedade e meio ambiente, a questão socioambiental internacional. Foi uma conferência com debates complicados, pois era clara a diferença de visão e compreensão dos problemas ambientais, a conferência pôde ser dividida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ainda na Rio 92, foram estabelecidas a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração do Rio sobre Meio ambiente e desenvolvimento, a Agenda 21 e a Declaração de Princípios sobre Florestas, todos projetos e agentes importantes pois trabalham foco em áreas diferentes.

Na Conferência de Kyoto, em 1997, em Kyoto no Japão foi elaborado o Protocolo de Kyoto, que compromete os países participantes da conferência,

especialmente os países industrializados que são os maiores poluidores, em reduzir a emissão de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO₂), seguindo metas e prazos. Essas metas são diferentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

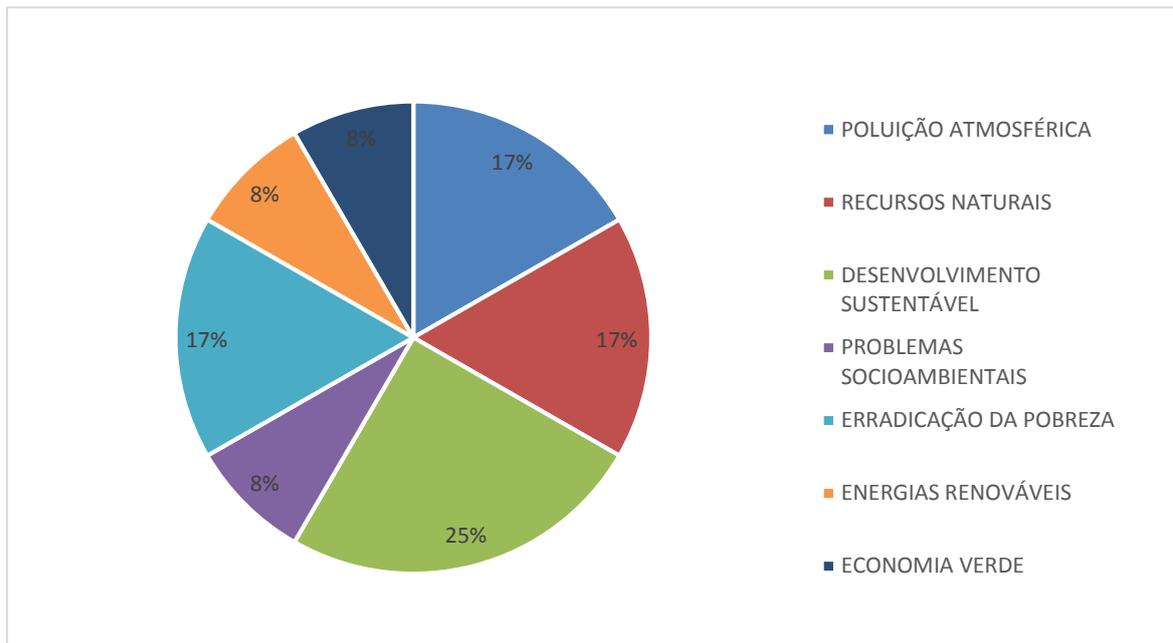
Em 2002, em Johannesburgo na África do Sul foi a vez de acontecer uma audiência pela Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável que ficou conhecida por Rio + 10 por ser realizada 10 anos após as Rio 92, em 1992. Em primeiro lugar nesse evento, foi observado o progresso dos acordos estabelecidos em 1992, a partir da Agenda 21. Também foram discutidos temas como o Desenvolvimento Sustentável, a conservação dos recursos naturais e a erradicação da pobreza no mundo, energias renováveis e a responsabilidade ambiental das empresas.

Após 20 anos da Rio 92, novamente no Rio de Janeiro, Brasil foi sediada mais um encontro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, conhecida como Rio + 20. Nesse evento, outra vez foi discutido a respeito da eficácia dos acordos tratados na Rio 92, reafirmando o compromisso entre os participantes. Os principais assuntos abordados, além dos já discutidos anteriormente, foram sobre a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, e também a diminuição da pobreza.

São inúmeros os temas abordados nas reuniões ambientais realizadas pelos órgãos competentes da ONU, pois os países se diferenciam através das características geográficas, culturais, políticas e econômicas, sendo assim apresentam problemas ambientais relativos a sua região. Então, para facilitar a compreensão, foram abordados os objetivos principais em cada reunião.

Os objetivos citados no quadro 2, estão expostos na figura 1, apresentando a frequência de cada tema entre os 6 eventos, onde a frequência aparece em percentual para auxiliar no entendimento.

Figura 1: Principais pontos destacados nos tratados ambientais internacionais, citados no quadro 2.



Fonte: Autora (2018).

Através da figura 1, pode-se perceber que o tema mais discutido representando 25% (3 vezes) do total dos temas, foi o desenvolvimento sustentável de maneira geral. Logo, em sequência se destacam, ambos com 17% (correspondente a 2 vezes) cada, poluição atmosférica, os recursos naturais e a erradicação da pobreza. E então, com 8% (1 vez) aparecem problemas socioambientais, energias renováveis e economia verde. Vale ressaltar que esses temas foram debatidos nos 6 eventos mencionados no quadro 2.

Além dos eventos e programas citados anteriormente, existem vários outros protocolos como o de Viena e Montreal, eventos, conferências, campanhas e documentos que norteiam a preservação ambiental e estratégias para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável em todas as áreas da sociedade moderna. Entre os conceitos, abordagens e paradigmas, que movem o sistema político e econômico ambiental, o que mais se destaca é a sustentabilidade, para tanto é interessante entendê-la.

A sustentabilidade é hoje, aplicada em todos os setores do sistema econômico. Pode-se entender que a sustentabilidade, segundo Elkington (2001) é formada em um tripé, como mostra a figura 2:

Figura 2: O tripé da sustentabilidade: planeta, pessoas e lucro



Fonte: Adaptado de ELKINGTON apud PEARSON (2011).

A partir da interação dos agentes desse tripé, o desenvolvimento sustentável se firma resultando em articulações socioambientais, socioeconômicas e ecoeficiência. A saudável relação entre os componentes do tripé garante um progresso duradouro. Mas isso não acontece facilmente, é necessário um tempo até as empresas e órgãos se adaptar com a implementação de políticas e normas ambientais.

A maneira com que a sustentabilidade foi introduzida na sociedade e nas organizações, gerou uma responsabilidade através da gestão ambiental que é conhecida por trazer uma postura corretiva nos processos de produção de fábricas e indústrias, fazendo com que as instituições, tanto públicas ou privadas, se mobilizem (praticando ações corretas) com receio de que os problemas ambientais possam ameaçar sua produção. Para que a gestão ambiental funcione na prática foram adotados instrumentos como a ISO (International Organization for Standardization) 14000 que detém uma série de normas que servem como diretriz para fazer com que a organização execute a gestão ambiental.

Alguns órgãos muito importantes, que foram criados pela ONU, especialmente para tratar dos assuntos relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável entre outros. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA), são dois dos órgãos da ONU, de suma relevância no cenário ambiental a nível mundial.

A dimensão das questões ambientais, foi relevante no sistema internacional, pois tanto nas instituições privadas quanto nas governamentais, foram criados grupos de países, geralmente vizinhos, com legislações ambientais a serem seguidos para

uma boa relação entre si, como é o caso a Legislação ambiental na União Europeia, assinada em 1986, chamado de Ato Único Europeu, onde todos os países-membros deveriam adotar medidas preventivas. Caso não atendessem aos requisitos mínimos os culpados deveriam arcar com os custos da reparação ambiental.

Dessa mesma forma, existe a Legislação ambiental no Mercosul, no Nafta entre outros grupos. Então, é perceptível a intensa movimentação internacional em favor dos cuidados com o meio ambiente de forma geral, o que precisa de atenção a partir de agora, é analisar a eficácia desses acordos e políticas, e observar se apresentam resultados ou não.

4.3 EFICÁCIA DE POLÍTICAS E ACORDOS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS

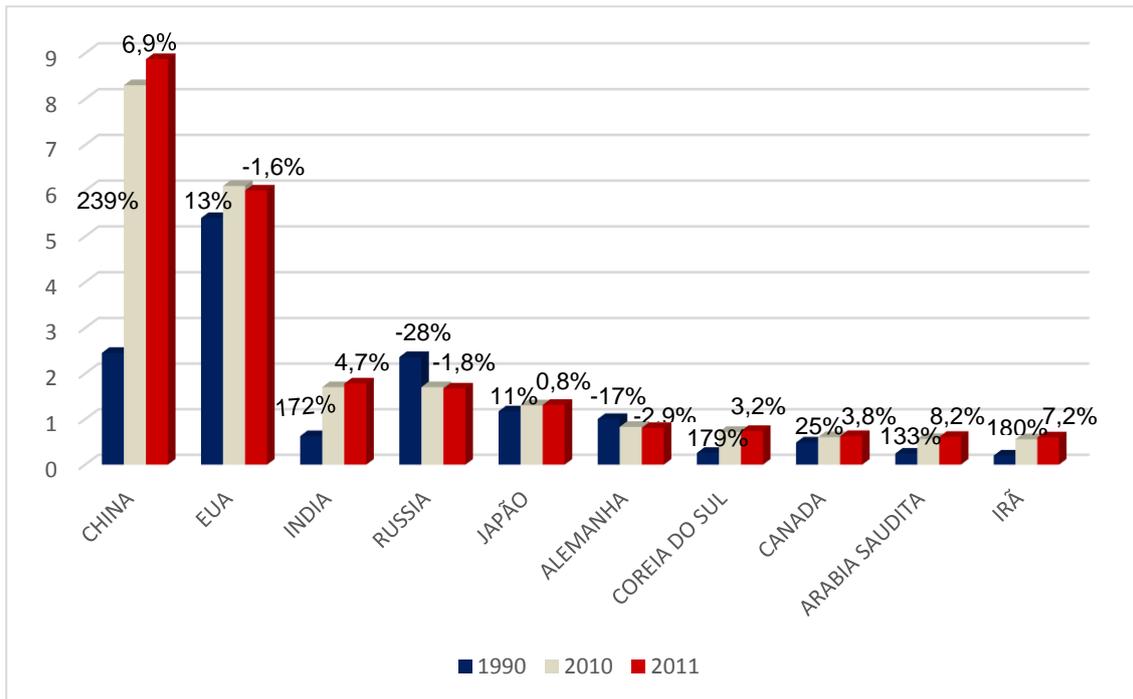
Após todo o empenho realizado nas conferências, é de suma importância analisar a eficácia dos acordos estabelecidos. A execução dos acordos, só é possível através de políticas ambientais. A política na área ambiental é teoricamente recente, pelo fato dos cuidados ambientais serem de certa forma novos no histórico da evolução humana. A política ambiental serve para limitar o uso e a exploração desenfreada dos recursos naturais.

A política ambiental é fundamental para conduzir (ou acabar obrigando) os agentes econômicos a aderirem posturas e medidas mais cautelosas, com relação ao meio ambiente. Compõem a política ambiental, instrumentos econômicos e padrões de qualidade, que visam trazer maior eficiência no retorno projetado, facilitando no processo de execução das medidas.

Nesse contexto, que pode-se citar o Princípio do Poluidor Pagador (PPP) experiência brasileira e europeia, Gestão de recursos Hídricos (experiência europeia), a ISO 14001, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), são algumas medidas da política adotadas em nações preocupadas com o futuro do planeta e com o seus ganhos. É importante entender, como essas medidas funcionam e o que significam.

Dentre as políticas que apresentam algum resultado, foram analisadas a emissão de CO₂, considerado um dos gases de efeito estufa. E também a situação da Matriz energética global. Na figura 3, destacam-se alguns países e suas emissões de CO₂ em bilhões de toneladas, nos anos de 1990, 2010 e 2011.

Figura 3: Emissões de CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera



Fonte: Adaptado de BARBOSA (2016).

Desde o Protocolo de Kyoto já mencionado anteriormente, foi limitada a emissão de gases de efeito estufa pelos países membros do evento, a partir daí está sendo controlado a quantia que cada país emite. A figura 3 traz os dados de 10 países e suas emissões em 1990, 2010 e 2011. Essa variação de tempo é interessante, porque pode ser analisada a quantia que o país polui aproximadamente no passar de 20 anos, e depois no passar de 1 ano.

Através da figura 3, percebe-se que a maioria dos países observados aumentaram suas emissões de CO₂, são eles China, Estados Unidos da América (EUA), Índia, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Arábia Saudita e Irã. E somente Rússia e Alemanha conseguiram diminuir as emissões, os EUA nos 20 primeiros anos aumentou e depois no intervalo de 1 ano diminuiu. O quadro 3 contempla a mesma relação de informações que consta na figura 3, os valores são em bilhões de toneladas.

A China chama a atenção, por apresentar o maior aumento entre os países mencionados, em 20 anos sua emissão cresceu em 239%, e no período de 1 ano aumentou 6,9%. Os dados mostram o risco que cidades chinesas estão vivendo, muitas em situação de alerta vermelho por causa da poluição do ar, causado principalmente pelas indústrias nacionais.

Quadro 3: Emissões de CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera, em bilhões de toneladas.

	1990	2010	2011	$\Delta\%$ CO ₂ (20 anos)	$\Delta\%$ CO ₂ (1 ano)
CHINA	2,45	8,3	8,87	239%	6,9%
EUA	5,4	6,1	6	13%	-1,6%
ÍNDIA	0,626	1,7	1,78	172%	4,7%
RÚSSIA	2,36	1,7	1,67	-28%	-1,8%
JAPÃO	1,17	1,3	1,31	11%	0,8%
ALEMANHA	1	0,828	0,804	-17%	-2,9%
COREIA DO SUL	0,257	0,716	0,739	179%	3,2%
CANADA	0,485	0,605	0,628	25%	3,8%
ARABIA SAUDITA	0,242	0,563	0,609	133%	8,2%
IRÃ	0,199	0,558	0,598	180%	7,2%

Fonte: Adaptado de Barbosa (2016).

O quadro 3, mostra a variação da emissão de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, no período de 20 anos (1990 a 2010) e de 1 ano (2010 a 2011). Observa-se que apenas a Rússia e a Alemanha apresentam queda na emissão do gás, nos dois períodos. Os demais países, aumentaram suas emissões, nos dois períodos, exceto os EUA, que reduziu 1,6% de suas emissões no intervalo de 1 ano. Através dessa análise, é possível perceber que o Protocolo de Kyoto ainda não está sendo eficaz, quando comparado a proporção de países que continuam aumentando suas emissões. Para que isso possa ser melhor fiscalizado é importante conhecer os principais setores responsáveis pelas emissões.

Foi realizada uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos países citados no quadro 3, durante os mesmos anos observados, buscando identificar uma relação entre a emissão de CO₂ e a variação do PIB desses países. Nota-se que os 10 países apresentam crescimento do PIB tanto no período de 20 anos, quanto no de 1 ano, como mostra o quadro 4.

Quadro 4: PIB a preços constantes de 2010 (em milhões US\$).

	1990	2010	2011	$\Delta\%$ PIB (20 anos)	$\Delta\%$ PIB (1 ano)
CHINA	829.561,97	6.100.620,49	6.682.402,68	635%	10%
EUA	9.064.413,77	14.964.372,00	15.204.019,63	65%	2%
INDIA	466.533,19	1.656.617,07	1.766.589,34	255%	7%
RUSSIA	1.413.889,42	1.524.916,11	1.605.506,18	8%	5%
JAPÃO	4.703.605,00	5.700.098,11	5.693.518,99	21%	0%
ALEMANHA	2.568.633,88	3.417.094,56	3.542.160,23	33%	4%
COREIA DO SUL	362.885,78	1.094.499,34	1.134.795,40	202%	4%
CANADA	1.014.073,20	1.613.464,42	1.664.146,87	59%	3%
ARABIA SAUDITA	293.927,38	528.207,20	581.011,32	80%	10%
IRÃ	233.190,27	487.069,57	499.956,06	109%	3%

Fonte: Banco Mundial (2018).

O interessante é que a Rússia e a Alemanha conseguiram reduzir suas emissões de CO₂, e simultaneamente apresentaram aumento em seu PIB. Portanto, entende-se que é possível aumentar o PIB, e ao mesmo tempo diminuir a emissão de CO₂. Isso pode não ter acontecido nos outros países, por falta de comprometimento com as questões ambientais por parte do sistema econômico e político praticado no país, e pelo agentes econômicos em geral.

A partir dos dados obtidos nos quadros 3 e 4, foi possível calcular a emissão em tonelada de dióxido de carbono para cada US\$ 1, o valor obtido para cada país, deu-se através do total de CO₂ que o país emitiu e o PIB total para cada ano analisado. A quantia em tonelada de CO₂ por US\$ (dólar), estão apresentados no quadro 5.

Quadro 5: Emissão do CO₂ de tonelada por US\$.

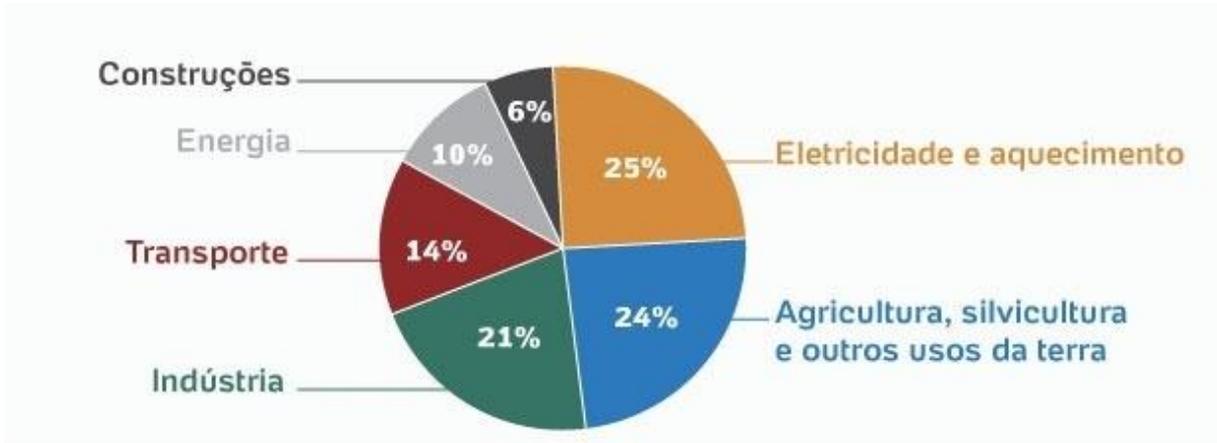
	1990	2010	2011
CHINA	0,002953	0,001361	0,001327
EUA	0,000596	0,000408	0,000395
INDIA	0,001342	0,001026	0,001008
RUSSIA	0,001669	0,001115	0,001040
JAPÃO	0,000249	0,000228	0,000230
ALEMANHA	0,000389	0,000242	0,000227
COREIA DO SUL	0,000708	0,000654	0,000651
CANADA	0,000478	0,000375	0,000377
ARABIA SAUDITA	0,000823	0,001066	0,001048
IRÃ	0,000853	0,001146	0,001196

Fonte: Autora (2018).

A China emitia para cada 1 dólar, 0,002953 toneladas de dióxido de carbono em 1990, já em 2010 e 2011 esse valor diminuiu para 0,01361 e 0,01327 respectivamente, toneladas por US\$, essa redução pode ser explicada pelo aumento do PIB (635%) ser quase 3x maior que o aumento do CO₂ (239%). Dessa forma, os outros países podem ser analisados, mas cabe destacar que Arábia Saudita e Irã aumentaram a emissão do gás, por dólar. É importante conhecer os principais setores econômicos responsáveis pelas emissões, para procurar possíveis soluções que não interfiram na geração de empregos, no giro da economia e no crescimento do PIB.

A figura 4 contempla os setores, em nível global, que mais emitem CO₂ na atmosfera.

Figura 4: Emissões globais dos gases do efeito estufa por setor econômico

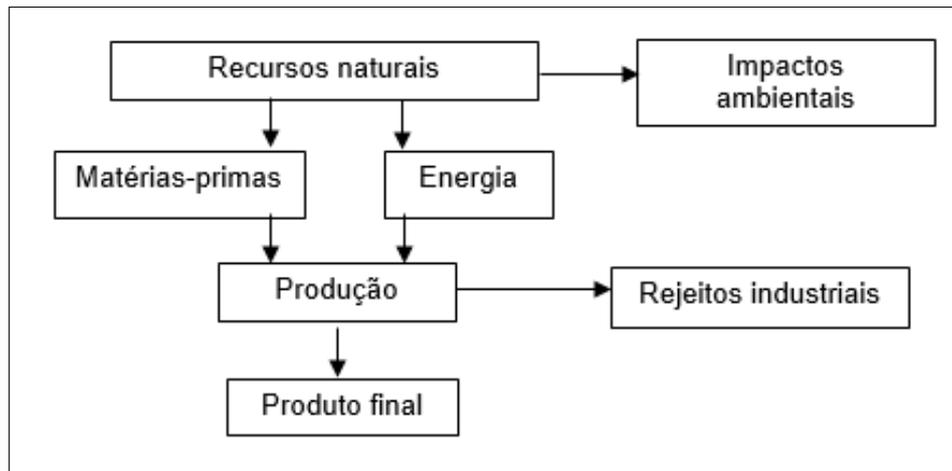


Fonte: Uol *apud* IPCC (2014), baseado nas emissões globais de 2010.

Dentre os 6 setores citados na figura 5, identifica-se que as construções correspondem a 6% do total de emissões, enquanto a energia equivale a 10%, a emissão de gases através dos transportes condiz com 14%, a indústria representa 21%, ações com a agricultura, silvicultura e outros usos da terra representam 24%, e o maior emissor de gases de efeito estufa corresponde à eletricidade com 25%. A partir desse modelo de levantamento, as nações podem trabalhar nos setores, procurando reduzir suas emissões. Além do efeito estufa, a poluição do ar, mata por ano em torno de 7 milhões de pessoas, com doenças cardíacas, câncer de pulmão entre outras, segundo Gonzalez *apud* Organização Mundial de Saúde (2018).

A produção industrial que corresponde a 21% da emissão de gases na atmosfera, apresenta na figura 5 como acontece a exploração e poluição ambiental, através do processo de produção.

Figura 5: Fluxo de matérias-primas e energia na economia e os seus impactos ambientais



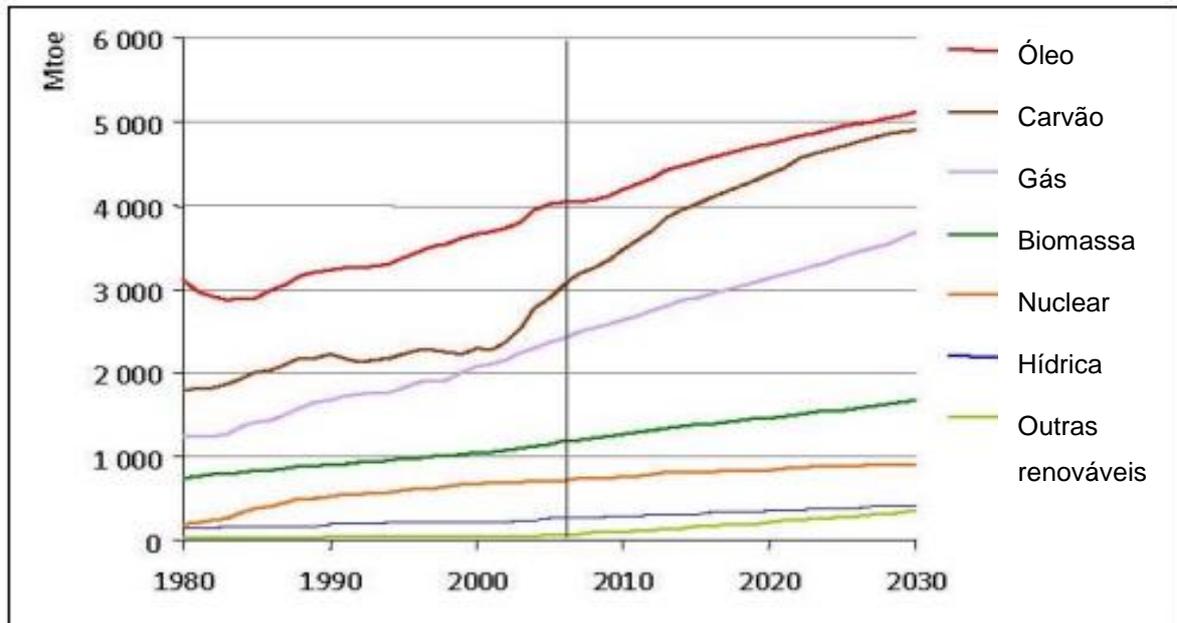
Fonte: Adaptado de MAY; LUSTOSA; VINHA (2003).

Pode-se observar na figura 5 que, ao serem extraídos, os recursos naturais geram matérias primas e energia, em contrapartida geram os impactos ambientais. A produção é um processo onde há a união entre as matérias-primas e a energia, o resultado da produção é o produto final. Mas, a produção, ao mesmo tempo que fornece o produto final, também produz rejeitos industriais. Esse fluxo, facilita o entendimento do processo industrial de produtos finais.

Além da indústria, pode-se mencionar a importância da energia e da eletricidade na vida humana, para isso cabe entender a diferença entre ambas. A energia vem de um conjunto de fontes podendo ser através de fontes renováveis, não-renováveis, fósseis, hidráulica, solar, eólica, nuclear, entre outras. Esse conjunto de fontes é conhecido como matriz energética. Já a eletricidade, é uma forma de energia. Após entender a diferença entre os conceitos, abordar-se-á a situação global de energia.

A figura 6, mostra a variação na demanda de energia entre os anos de 1980 com uma projeção para 2030.

Figura 6: Demanda mundial de energia primária de 1980 com projeção para 2030



Fonte: Adaptado de Reference scenario World Energy Outlook (2008), *apud* UNCTAD secretariat (2010).

A figura 6 ilustra o desempenho da demanda mundial por energia desde 1980, projetando a sequência dessa demanda até 2030. As fontes de energias citadas na figura, são o óleo (petróleo), carvão, gás, biomassa, nuclear, hídrica e outras renováveis. Todas elas apresentam um contínuo crescimento, sendo assim pode-se deduzir que a demanda não reduzirá para nenhuma das fontes de energia, até 2030.

Após analisar o conteúdo abordado nesse estudo, observa-se que a sociedade mundial está vivendo um período de transição, buscando se adaptar a uma forma diferente de vida, com consciência ambiental. Também faz parte da adaptação, a introdução de políticas e ações ambientais, como por exemplo a ISO 14001 adotada dentro das organizações já existentes, enquanto em empresas e instituições mais recentes, essas ações ambientais são implementadas desde o a abertura do negócio. Começando uma mudança agora, nas atitudes diárias, é possível considerar que futuras gerações poderão viver o equilíbrio entre o capitalismo e a sustentabilidade ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um assunto amplo, foi necessário estabelecer dois pontos principais, que é o capitalismo e a sustentabilidade ambiental. A pesquisa realizada procurou trazer uma análise histórica sobre o capitalismo, através de algumas escolas econômicas, e o surgimento das questões ambientais como forma de entrave no desenvolvimento capitalista. Além de apresentar a dimensão que a sustentabilidade ambiental teve em órgãos e programas internacionais, com a influência da ONU.

O capitalismo, primeiramente era entendido como a acumulação de capital, ou seja, cada sociedade avaliava o que naquela época era mais valioso, e procurava acumular aquele bem. Mas, a partir da escola clássica os pensadores da época começam a interpretar de outra forma o sistema econômico. A relação dos agentes econômicos, vão se intensificando e fazendo a economia girar, passando pela primeira e segunda Revolução Industrial, até chegar na terceira revolução (na década de 70).

As revoluções industriais foram um grande passo positivo para a humanidade, porém, depois da terceira revolução industrial, surgiu uma preocupação nunca mencionada antes com tanta força, o impacto da poluição das indústrias, a exploração de recursos naturais e ecossistemas ameaçados. Uma onda de empasses, que precisavam ser considerados para que o capitalismo não fosse prejudicado da pior maneira, com a falta de matérias primas e uma série de doenças causadas pela poluição.

Nesse cenário, surge então a busca por alternativas que diminuíssem a destruição ambiental, com isso a Organização das Nações Unidas sofrendo pressões da sociedade internacional e de ambientalistas que alertavam para o pior, decide intervir com programas e órgãos ambientais, metas e estratégias que visam a sustentabilidade ambiental, conservando ecossistemas e tentando garantir um futuro justo para as próximas gerações poderem sobreviver nesse planeta.

Antigamente, o meio ambiente não era considerado nos estudos econômicos, como pode ser observado nas escolas econômicas mencionadas nesse estudo. Mas, a partir da década de 70, quando os problemas ambientais começaram a se tornar visíveis, a preocupação começou a aparecer.

O empenho da ONU e seus programas ambientais foram importantes, pois despertou um olhar ambiental nos setores privados e públicos internacionalmente, e isso auxiliou em políticas como o Protocolo de Kyoto que limita a emissão de gases de efeito estufa, entre outros. Ter os programas e políticas é fundamental, mas é importante saber se estes estão sendo executados e qual seus resultados. Foram analisadas as figuras 3 e 6, que apresentam dados referentes a emissão de CO₂ (entre 1990 a 2011) e a demanda mundial por energia (1980 a 2030).

Através do estudo, percebeu-se uma lacuna nos acordos e protocolos estabelecidos, no que se refere aos resultados. A dificuldade em encontrar dados resultantes é imensa. Esse fato, pode representar que os acordos não estão tendo continuidade, após serem estabelecidos. E em relação a eficácia dos acordos e metas, nota-se que não estão sendo eficazes ainda, por estarem em um processo de adaptação.

Após realizar o estudo, o objetivo geral que procurava identificar a principal falha do capitalismo na utilização descontrolada dos recursos naturais, é alcançado. Pois é possível afirmar que a obsessão pelo lucro, sem buscar entender a fonte dos recursos e o que é preciso para que estes se sustentem, é a maior falha capitalista. Essa despreocupação com o uso dos recursos, deve ser levada a sério hoje, para não se tornar um problema ainda maior no futuro, porque muitos recursos poderão ser escassos, além da qualidade de vida que poderá ser tornar agravante, devido a poluição do ar e o aquecimento da terra.

Com relação ao problema de pesquisa, este busca entender de que forma é viável, haver um equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e o capitalismo. Por meio dos resultados obtidos, é possível afirmar que se dá através das políticas e normas ambientais. Além disso, a comunidade mundial está vivendo um processo de adaptação, inserindo gradativamente em seu dia a dia a sustentabilidade ambiental. Esse período de transição está sendo influenciado pela mídia que, de certa forma induz as organizações e indivíduos obterem a “fama” de corretas, com ações ambientalmente sustentáveis.

A intensão do estudo realizado, além de responder o problema e esclarecer o principal objetivo, é também deixar um conjunto de informações, dados e referências, para futuros estudos que pretendem mencionar os temas relacionados a sustentabilidade ambiental e ao capitalismo, assuntos estes que possuem um grande peso na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Flávia Araújo de; et al. **O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional**. Belo Horizonte, vol. 11, n. 22, p. 141-169, 2012. Disponível em: <file:///E:/Downloads/10071-44685-1-PB%20(1).pdf >Acessado em: 09/nov/2018

AQUINO, et al. **Sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Rede Sirius. OUERJ, 2015.

BANCO MUNDIAL. **PIB (US\$ a precios constantes de 2010)**. Grupo Banco Mundial 2018. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD>> Acessado em: 17/dez/2018

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, Vanessa. **Os 15 países que mais emitem GEE e esquentam o planeta**. Revista Exame. Última atualização em 13 set 2016, 16h14min. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/os-15-paises-que-mais-poluem-e-esquentam-o-planeta/>>Acessado em: 02/11/2018

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BORN, Rubens Harry. **Agenda 21 e Biodiversidade**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf> Acessado em: 12/jun/2018.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUTZKE, Alindo; PONTALTI, Sieli. **Os recursos naturais e o homem**. [recurso eletrônico]: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado frente a responsabilidade solidária. – Dados eletrônicos.- Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/recursos_naturais_homem_EDUCS_ebook.pdf> Acessado: 18/out/2018

CAMARGO, José Marangoni; CORSI, Francisco Luiz; VIEIRA, Rosângela de Lima. **Crise do capitalismo: Questões internacionais e nacionais**. Cultura Acadêmica. São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/crisedocapitalismo.pdf>> Acessado em: 15/jun/2018.

CAMPOS, Claudinei José G. **Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Brasília (DF). 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>> Acessado em: 10/abr/2018.

CARVALHO, Claudio Elias; FADIGAS, Eliane A. F. Amaral; REIS, Liene Belico dos. **Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. rev. E atual. Barueri, SP: Manoele, 2012.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 6 reimpr. da 34. ed. de 1995. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHELALA, Charles. **Reflexões sobre a crise geral do capitalismo contemporâneo**. Artigo. Unifap. Macapá. 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT28052009172120.PDF>>. Acessado em: 8/jul/2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. De acordo com a resolução nº44/228 da Assembleia geral da ONU. **Agenda 21**. Brasília. 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acessado em: 10/jul/2018.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Instituto Humanitas Unisinos. 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_7471schumpeteb_pob_costa_pdf.pdf Acessado em: 26/jun/2018

COELHO, Vladimir; GIRONDI, Ervandil. **Boletim Ambiental**. Boletim nº024/AL 2010/11 Guararapes, 01 Fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.districtolc8.com.br/wp-content/uploads/2009/02/Boletim-Ambiental-024-Fev.pdf>>. Acessado em: 11/ago/2018.

CRESPO, Samyra. **Agenda 21 brasileira: avaliação e resultados**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/963/1/Agenda%2021%3A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20e%20resultados.pdf>>. Acessado em: 12/jun/2018.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1969.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **Keynes e o Keynesianismo: uma visão crítica**. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3169/3/KEYNES%20E%20O%20KEYNESIANISMO.pdf>>. Acessado em: 5/jun/2018.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FREITAS, Luís Fernando Alcoba de. **O excedente econômico**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Amelia. **Poluição do ar mata 7 milhões de pessoas por ano, a maioria em países pobres, diz OMS**. Publicado por globo.com (g1) em 02/05/2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/poluicao-do-ar-mata-7-milhoes-por-ano-maioria-em-paises-pobres-diz-oms.html>>. Acessado em 01/nov/2018.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patrícia. **Conferência de Estocolmo: Um marco na questão ambiental**. Rev. Eletr. Administração de Empresas em Revista v. 11, n. 12, 2012. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466/356>>. Acessado em: 20/ago/2018.

HUGON, Paul. **Histórias das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo – 7ª Ed. 28ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1981.

HUNT, E. K; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

KEYNES, John Mynard. **John Mynard Keynes: economia**. Organizador [da coletânea] Tamás Szmrecsányi. Tradução de Miriam Moreira Leite. São Paulo: Ática, 1978.

LAGO, André Aranha Côrrea do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferencias ambientais das Nações Unidas**. Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2006. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf>. Acessado em: 25/jul/2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. – 2. Ed. – (Os economistas) São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico**. In: _____. O Capital. São Paulo: Difel, 1980. Livro 4, V 1

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 35º ed. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do Meio Ambiente**. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 .

MOTA, José Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem estar humano**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea. 2010.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Tradução de José Fernandes Dias. São Paulo, Paz & Terra, 1924.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Agenda 21 um novo modelo de civilização**. Ministério do Meio Ambiente. 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_rosa.pdf>. Acessado em: 20/jul/2018.

PEARSON Education do Brasil. **Gestão Ambiental**. São Paulo. 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf>>. Acessado em: 26/set/2018.

PINHEIRO, Jorge. **O que é capitalismo?** Publicado no site Evagélcos pela Justiça. 2010. Dispñível: <<http://www.epj.org.br/principal/artigos-e-textos/igreja-e-sociedade>>. Acessado em: 24/ out /2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo/Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico; uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED. 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Alex Catharino de. **Origens e evolução da Ciência da Riqueza e da Pobreza: Uma análise histórica da filosofia social dos economistas classicos**. Μετανόια, São João del-Rei, n. 6, p. 31-58, 2004. Disponível em:

<https://ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/lable/revistametanoia_material_revisto/revista06/texto03_analiseriquezapobreza_economistas.pdf>. Acessado em: 17/mai/2018.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Tradução de Waltensir Dutra. Quinta edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982.

UOL. **Emissões globais dos gases do efeito estufa por setor econômico**. São Paulo. Publicado em 07/12/2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/12/07/eletricidade-e-o-setor-campeao-na-emissao-dos-gases-do-efeito-estufa.htm>>. Acessado em 01/nov/2018.

UNCTAD, secretariat. **The future energy matrix and renewable energy**: implications for energy and food security. United Nations Conference on Trade and Development. Distr. General. 2010. Disponível em : https://unctad.org/en/Docs/cimem2d8_en.pdf Acessado em: 14/nov/2018

VENTURINI, Fabio. **Sustentabilidade x Sociedade industrial Um resgate histórico**. Revista Profissão Mestre: Um novo mundo. HUMANA Editorial. 2015.

XAVIER, Ana Isabel. **ONU: A Organização das Nações Unidas**. HUMANA GLOBAL. Abril 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf> Acessado em: 13/set/2018

